

SIMBÓLICAS DATAS

João Baptista Ferreira de MELLO

NeghaRIO – Núcleo de Estudos sobre Geografia Humanística, Artes e Cidade do
Rio de Janeiro

UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Rua São Francisco Xavier, 524 sala 4118 F

Rio de Janeiro – Rio de Janeiro

neghario@uol.com.br

Publicado no livro Temas e Caminhos da Geografia Cultural org. Roberto Lobato
Corrêa; Zeny Rosendahl 2010

Esta comunicação estabelece elos entre tempo e espaço, bem como o reaproveitamento de datas cívicas e religiosas para o soerguimento de majestosas inaugurações. Estamos falando de simbólicas datas, consagradas pelo calendário e as estratégias do poder público e de entidades para cunhar, inscrever suas marcas com expressiva ressonância. “Isto denota a natureza política das formas simbólicas em sua espacialidade”. Trata-se, pois, de um encaminhamento orquestrado para reforçar a idéia de símbolos que surgem ostentatórios, impostos. Todos mereceram pesares, lamentos e protestos diversos. Mas, com o tempo ganharam expressão e sentido na alma de toda gente. Nesta trilha, consideremos alguns emblemas representativos da realidade nacional.

O primeiro deles diz respeito à chamada Reforma Passos ocorrida no Rio de Janeiro, na aurora do século vinte. A República positivista clamava por uma cidade higiênica, moderna, capitalista. Como sabemos a Proclamação da República ocorreu no dia 15 de novembro de 1889. Todavia, esta não contou com intensa participação popular. Como lembra Aristides Lobo, o povo assistiu bestificado tal mudança e, por exemplo, nas cercanias do Campo de Santana/Praça da República, a Pequena África do Rio de Janeiro, sob o comando de Dom Oba, habitué do Palácio Imperial, que se intitulava príncipe do povo/rei da ralé, a população se manifestou em defesa do Imperador quando da Proclamação da República, ainda que o Brasil imperial

tenha sido o último país do mundo a deixar para trás essa terrível nódoa no seio de sua sociedade.

A República positivista clamava pela ordem e o progresso, igualmente, nas formas espaciais. As ruas, becos estreitos, a ordenha de vacas nos logradouros, a criação de porcos e outras velhas usanças não combinavam com os modos civilizados da República. A cidade fétida, pestilenta, verdadeira pocilga, não condizia com os ideais republicanos. Foi um momento de muita dor, desolação, com respeito à expulsão da população de seu universo vivido. Poeira, lama e reconstrução de uma cidade ocorreram neste início de século em meio a esta intervenção urbanística. O espaço urbano carioca vivia uma espécie de topocídio e uma cirurgia urbana urgia para extirpar os males do passado. As obras ganham tal vulto que Pereira Passos ganhou o apelido de o “Prefeito Bota-Abaixo”.

Mas, a revolta da Vacina, em novembro de 1904, igualmente mostra o descontentamento do povo com relação à vacinação em massa promovida pelo Dr. Oswaldo Cruz e o bota-abaixo de Pereira Passos com a chamada destruição criativa, cuja cirurgia urbana derrubou

Reforma urbana - destruição criativa - cirurgia urbana - intervenção urbanística - “varredura e reconstrução”

O Prefeito Pereira Passos que havia assistido ao Barão Haussmann a fazer uma extraordinária cirurgia urbana em Paris por volta de 1860, quando nomeado pelo Presidente Rodrigues Alves, projeta no Rio os idéias positivistas de uma capital ordeira, limpa, higiênica, capitalista. O anseio é edificar uma Paris nos Trópicos. Para tanto, diversos logradouros foram alargados (Carioca, Sete de Setembro, Assembléia, Passos, Marechal Floriano, entre outros), as praças ajardinadas, o Túnel Novo (conectando Botafogo a Copacabana) perfurado, monumentos criados e artérias abertas como as avenidas Beira Mar, Atlântica e Rio Branco.

O cartão principal é o traçado da av. Rio Branco com 33 metros de largura e 1800 metros de comprimento. Falava-se que nunca existiria trânsito para uma via tão majestosa. Sua largura confrontava à da avenida 25 de Mayo, em Buenos Aires. O Prefeito, com vistas à efetivação desse monta-e-desmonta chegava mesmo

a ordenar a derrubar de sobrados de madrugada caso seus moradores não abandonassem os prédios que seriam demolidos.

A avenida Central, (Rio Branco, a partir de 1912, com a morte do diplomata) surge como uma artéria francesa com edificações que seguem o estilo francês ou de seu ecletismo. Cafés elegantes, lojas de câmbio, agências bancárias e consultório das grandes empresas se instalam neste requintado corredor afrancesado. Há mesmo o disciplinamento do uso do solo urbano em suas cercanias, na medida em que apenas as atividades (nobres) comerciais e de serviços se alocavam em seus domínios.

Expulsão da população do seu universo vivido provocando o rearranjo do espaço urbano e, logicamente, segregação espacial. Disciplinamento do espaço urbano.

Como emblema de lealdade à República Positivista e honrando as idéias dos homens que fundaram as bases do novo regime, a avenida Rio Branco reforça uma data relevante, qual seja 15 de novembro de 1904 quando foi inaugurado o seu trecho inicial e novamente 15 de novembro de 1905 em seu momento de esplendor e aprontamento.

Expressando o que a maioria dos símbolos promove: lealdade às estruturas religiosas e políticas, um outro símbolo foi idealizado ao longo de décadas. A construção de um monumento religioso no alto do morro do Corcovado foi sugerido pelo padre Boss à Princesa Isabel. As estradas de rodagem e de ferro são anteriores à gigantesca imagem fincada no cume do morro. Mesclando a dadivosa natureza da cidade, o empreendimento artístico e ímpeto de engenhosa arquitetura, o Cristo do Corcovado deriva, na realidade, de uma ambição da Igreja Católica.. O projeto foi obstaculizado em decorrência e em confronto com a perda do “estatuto oficial” com a República e a separação Estado/Igreja em meio à batalha de símbolos e alegorias criadas sob a ordem e o progresso a partir de 1889. A autorização só foi concedida sob a Presidência de Artur Bernardes, nos idos de 1922, com sua gestão procurando difundir valores religiosos e cívicos. Muito embora o monumento viva a plenitude de sua centralidade para diferentes grupos religiosos e ateus, quando de sua construção a Igreja Batista se insurgiu por ser a imagem gigantesca “um instrumento de idolatria da igreja de Roma e uma afronta a Deus”. Coube ao

arquiteto francês Paul Landowski o consagrado projeto e a construção ficou a cargo do engenheiro brasileiro Heitor da Silva Costa. Dom Sebastião Leme e o Presidente Getúlio Vargas presidiram a inauguração, em 12 de outubro, dia da Padroeira do Brasil. O monumento de grande respeitabilidade concilia em seu traçado a cruz, o símbolo mais conhecido no Planeta e a cena bíblica de Jesus abrindo os braços no Sermão da Montanha. Ao mesmo tempo, sugere trazer à memória o ato da primeira missa rezada na Terra de Santa Cruz. A obra erigida com contribuições do povo brasileiro e uma parcela menor do Estado revela “legitimação para o fortalecimento da Igreja na República” (Grinberg, 1999:59). Dominando a baía de Guanabara, Niterói e grande parte da urbe carioca, sua inauguração ocorreu em doze de outubro de 1931, dia comemorativo da chegada dos europeus ao Novo Mundo. Mais do que isso, dia da Padroeira do Brasil, Nossa Senhora Aparecida, cujo nicho encontra-se na base do monumento. Adotou-se em seu revestimento ferro, concreto e pedra sabão que não permitem rachaduras, dilatação ou absorção de umidade, além de permitir efeitos cromáticos, quando iluminada, tornando-se fosforescente. Como resultado, em qualquer momento do dia ou da noite, a gigantesca imagem do Cristo Redentor cravada no alto do morro do Corcovado, eternamente de braços abertos, a abençoar a cidade, configura fraternidade e amparo, acolhida e empatia.

Outra promoção oficial de patriotismo sucedeu durante os anos quarenta. O Rio de Janeiro voltou a viver novamente uma drástica cirurgia urbana com a abertura da colossal Av. Presidente Vargas. Foi uma outra onda de dor, desolação, destruição/reconstrução, poeira, lama e expulsão da população de seu universo vivido, afora a retirada de diversos estabelecimentos comerciais e de serviços. O Prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945) esteve à frente das obras. Para a construção da referida artéria diversos logradouros foram destruídos ou mutilados. Neste ritmo, a antológica Praça Onze, “berço do samba”, foi arrasada e o Campo de Santana mais uma outra vez profanado/mutilado em seus domínios, afora a destruição de igrejas, restando apenas a da Candelária, poupada pelas políticas públicas e situada de maneira insular o que ressalta a beleza de suas formas. Inaugurada em 7 de setembro de 1944, a av. Presidente Vargas constituía, na verdade, um culto à personalidade.

A data 7 de setembro é simbólica, cívica

A construção da Avenida Presidente Vargas, porém, contou com a reação dos produtores da música popular brasileira às políticas públicas por conta da demolição do “berço do samba” e centro de lazer, a legendária Praça Onze, formada pelo conjunto abrigando o referido logradouro e ruas das cercanias. Com a perspectiva de abertura da avenida Presidente Vargas, uma artéria majestosa de diversas pistas, Herivelto Martins e Grande Otelo manifestaram oposição aos projetos urbanísticos de transformação desta porção periférica da Área Central do Rio de Janeiro, no samba “Praça Onze”, do ano de 1942.

A importância da “Praça Onze” para o desenvolvimento da cultura brasileira continua na ordem do dia. A história do samba, convém ressaltar, está atavicamente ligada a este logradouro. É natural, portanto, que a sua destruição provocasse indignação junto à sua gente e entre aqueles que comungam ou admiram a sua pretérita e festejada pujança.

No samba “Praça Onze”, registrado em disco pelo Trio de Ouro e Castro Barbosa, os compositores de maneira radical explicam: “vão acabar com a Praça Onze/ não vai haver mais escola de samba/ não vai ...”. Para realçar a sua discordância a letra da música exorbita, como se o fim da “Praça Onze” determinasse, outrossim, a morte das escolas de samba. As favelas e as escolas de samba são, então, também, convidadas a verter pranto pelo fim do lugar vivido do lazer: “... chora o tamborim/ Em seguida, a segunda parte da música começa possessiva e saudosa: ”.

Ao lamentar o fim da “Praça Onze”, os compositores prontificam-se a cantá-la e relembra-la e, nessa ciranda, fiéis prometem: “... se algum dia nova praça nós teremos/ o teu passado cantaremos”. O prognóstico de Martins e Otelo, pelo menos no que tange ao culto à “Praça Onze”, vem se concretizando, ao longo do tempo. Anos ou décadas depois de destruída a “Praça Onze” tem sido insistentemente prestigiada, praticamente, a cada ano, em um ou outro sambarenredo das escolas de samba.

Mas, como os seres humanos são ambivalentes, os mesmos compositores em 1944, ano de inauguração da avenida Presidente Vargas, com regozijo, Herivelto Martins e Grande Otelo celebraram a nova via de comunicação da Área Central, pelas vozes do Trio de Ouro, no samba “Bom dia, Avenida!!” “lá vem a

nova avenida/remodelando a cidade/rompendo prédios e ruas/os nossos patrimônios de saudade/é o progresso/e o progresso é natural ...”, diziam conformadamente. E, no restante da letra, brindavam: “... lá vem da nova avenida/dizer à sua rival: / bom dia, avenida Central! “.

A abertura da avenida Presidente Vargas concretizada durante o Estado Novo, com suas as pistas largas serviam não só para o fluxo de veículos, como também para a ostentação do aparato militar nos desfiles cívicos, tendo colaborado também para o processo de segregação espacial ao provocar a ida da população de baixa renda para as favelas e os subúrbios cariocas.

Com a chegada do “... progresso ...”, ou transformação espacial, milhares de pessoas foram despejadas de seu lugar vivido. Todavia, ao deparar com uma avenida ampla e bela, a opinião pública esquece os conflitos e passa a afinar com as obras comandadas pelo Governo da República e a Prefeitura do Distrito Federal esperando que todos sejam beneficiados com uma cidade moderna e majestosa em sua forma. O arrasamento dos lugares das pessoas baixa renda ganha contornos variados quando se lembra que destruição e controle se completam com vistas à segregação espacial. Em outras palavras, destruindo-se o “velho” e o “sujo” reconstrói-se a cidade e rearruma-se o espaço urbano enviando-se os indivíduos de baixo poder aquisitivo para a periferia empobrecida.

Como pôde ser enfatizado a dupla de compositores Herivelto Martins e Grande Otelo foi porta-voz da dor do povo, em 1942 e 1943, nos momentos nos quais a Praça Onze estava prestes a ser demolida. No entanto, um ano depois da última reclamação musicada, a dupla alinhou-se às comemorações da gênese de um monumento colossal, como a avenida Presidente Vargas, no samba carnavalesco “Bom dia, Avenida”, imaginando uma rivalidade entre esta artéria e a “... avenida Central ...”. Na música, encerrada com uma analogia belíssima entre os nascimentos do dia e da avenida, os compositores saúdam festivamente: “... lá vem a nova avenida/dizer à sua rival:/bom dia, avenida Central!”.

Isto significa dizer que os símbolos ganham expressão no âmbito do Poder Público e na esfera popular. Como se sabe, o Estado e os grupos dominantes constroem artérias, parques e monumentos em diversas escalas, bem como inventam rituais que possam perpetuar sua relevância e um passado de glórias.

Estes e outros emblemas manifestam-se como veículos de ações do poder constituído e manutenção do status quo, contribuindo, igualmente, para legitimar novas vias de compreensão de um passado triunfante ou a reconstrução de lendárias geografias. Trata-se, por seu turno, de uma maneira das elites ratificarem o papel dos símbolos por elas criados. A memória pública, por sua vez, impregnada pela ideologia oficial, envolve-se em meio à emoção, aderência e posse, assimilando e comungando com os símbolos impostos. Mas, as determinações oficiais e do capital não restringem nossas experiências no espaço e no lugar. Trata-se, em seu conjunto, de celebração, êxito e contestação (MERRIFIELD, 1997; JOHNSON, 2004) .

Consideremos o último exemplo de confluências entre simbólicas datas e grandes monumentos, cuja proposta para a sua execução remete a vários séculos. Para evitar os ataques e invasões estrangeiras, os projetos de transferência da capital para o interior do país se avolumaram a partir de Marques de Pombal, nos idos de 1761, com a Inconfidência Mineira, com José Bonifácio para estimular a economia, nos sonhos de Dom Bosco, de 1886, em direção a uma nova civilização e na 1ª. Constituição Republicana de 1991. Mas, coube a JK, a partir de 1956, elaborar a construção da capital no Planalto Central, contando com a concepção urbanística de Lucio Costa e obras/traços e concreto de Oscar Niemeyer, afora o paisagista Roberto Burle Marx. Com arrojadas e largas avenidas, valorização do paisagismo e um vasto horizonte voltada para o futuro, a capital, cujas obras eram vistoriadas pelo Presidente JK, foi inaugurada com grande pompa, em uma outra simbólica data 21 de abril, mais exatamente de 1960. Sua efetivação, contando com o ceticismo de muitos, discursos inflamados de desperdícios e endividamento, além da relutância de funcionários públicos em se transferirem para o Planalto Central, representava entre outros elementos a busca pela interiorização, desenvolvimento e integração nacional, distanciamento dos poderes das grandes massas populares, símbolo de um Brasil moderno e segurança nacional. O dia da inauguração foi estrategicamente escolhido remetendo ao mártir Tiradentes.

Para finalizar, os feriados foram criados como forma de culto, respeitabilidade e júbilo. Nos últimos tempos, no entanto, o entretenimento, o ócio e a recreação deixaram para trás as suas destinações iniciais. Mas, ainda assim as

grandes obras fixadas no espaço persistem em suas grandiosidades. A Avenida Rio Branco, na capital da República, vive a sua 4ª. ou 5ª. geração de torres.

O Cristo do Corcovado persiste com centralidade extraordinária, seja para quem alcança o cume da montanha para desfrutar da privilegiada vista da cidade, seja para quem a procura constantemente, de qualquer ponto da cidade, como um referencial geográfico, de beleza ou meteorológico, por isso mesmo, um símbolo maior, sobretudo agora no rol das 7 maravilhas do mundo e, por isso mesmo, em seu papel simbólico supera a questão religiosa e representa, em qualquer parte do mundo, a "Cidade Maravilhosa" de São Sebastião do Rio de Janeiro, plena de fé, magia e hospitalidade (Tuan, 1998; Grinberg, 1999; Mello, 2000; 2002).

A Av. Presidente Vargas ainda que não ocupada continuamente em toda sua dimensão vive projetos em seus arredores como o do Sambódromo e da Cidade Nova ou, mais recentemente, se constituindo em um corredor de universidades.

E Brasília, a capital da esperança, cuja construção assombrou o mundo, foi declarada Patrimônio Histórico e Cultural da Humanidade pela UNESCO.

A fixação da estátua do Cristo Redentor, justamente no dia da padroeira do Brasil e da chegada dos europeus às Américas, em 12 de outubro de 1931, o aprontamento da majestosa Avenida Presidente Vargas, em pleno Estado Novo, em 7 de setembro de 1944 e a transferência da capital para o Planalto Central do país

Esperava-se que este corredor de trânsito fosse continuação da dinâmica da Av. Rio Branco. No entanto, repetindo o geógrafo Maurício Abreu em seu livro "Evolução Urbana do Rio de Janeiro" (2006), como neste momento ocorria o "boom" do subcentro Copacabana, os empresários instalavam suas unidades comerciais e de serviços justo na "princesinha do mar". E, como se sabe, a "rival", Rio Branco, derramou o seu pulsar para a monumental avenida com seus oitenta metros de largura.

A avenida Presidente Vargas foi aberta no momento da expansão vertical e do comércio e serviços de Copacabana, o que repercutiu em seu demorado crescimento. E, "... rival ...", a "... avenida Central ..." transbordou sua dinâmica e irradiou o trecho mais denso da Avenida Presidente Vargas, entre a rua Uruguaiana e a chamada área da Candelária (Praça Pio X) (ABREU, 1997).